

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Armando Queiroz
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (MDB)
SANTOS LIMA; OVIDIO FRANZONI; ERONDY SILVERIO; EMILIO CARAZZAI; IGO LOSSO; PAULO CAMARGO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; LUIZ ROBERTO SOARES; MUGGIATI FILHO (MDB).

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — Quartas-feiras.

SUPLENTE

BORSARI NETO; BASILIO ZANUSSO; ANTONIO LOPES JÚNIOR; FABIANO BRAGA CORTES; ANTONIO MACIEL; LEOPOLDO JACOMEL; MARCIANO BARANIUK; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Fuad Nacli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti
DAVID FEDERMANN; LEOPOLDO JACOMEL; ANTONIO LOPES JÚNIOR; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL.

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES — Terças-feiras.

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; FABIANO BRAGA CORTES; LAZARO DUMONT; JORGE SATO; IGO LOSSO; MAURICIO FRUET (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Jorge Sato

VICE-PRESIDENTE — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

AGUINALDO PEREIRA LIMA; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; PINTO DIAS; WILSON BRANDÃO; JOÃO FADEL; MARCIANO BARANIUK; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel.

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LAZARO DUMONT; FRANCISCO ESCORSIN; MARCIANO BARANIUK.

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

LEOPOLDO JACOMEL; FUAD NACLI; BASILIO ZANUSSO; AGUINALDO PEREIRA LIMA; ALVARO DIAS (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LAZARO DUMONT; XENOFONTE VILLANUEVA; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Roberto Diniz Sátiro

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

BASILIO ZANUSSO; PINTO DIAS; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ALVARO DIAS (MDB).

SUPLENTE

FUAD NACLI; ARIZONE ARAUJO; SANTOS LIMA; XENOFONTE VILLANUEVA; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE: Antonio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

ARIZONE ARAUJO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R.G. Amaral.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; SANTOS LIMA; JOÃO FADEL; FABIANO BRAGA CORTES; NIVALDO KRUGER (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

FRANCISCO ESCORSIN; XENOFONTE VILLANUEVA; MARCIANO BARANIUK.

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ANTONIO MACIEL; LUÍZ ROBERTO SOARES; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; NIVALDO KRUGER (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Aguinaldo Pereira Lima;

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti (MDB).

PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ANTONIO MACIEL.

SECRETÁRIO — Francisco Accioly Neto.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — David Federmann;

VICE-PRESIDENTE — Arizone Araújo

JOÃO FADEL; XENOFONTE VILLANUEVA; MAURICIO FRUET (MDB).

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

PAULO CAMARGO; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; EMILIO CARAZZAI; HÉLIO MANFRINATO (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Cândido Martins de Oliveira.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

BASILIO ZANUSSO; ANTONIO MACIEL; GABRIEL MANOEL.

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Soto Major.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; SANTOS LIMA; MUGGIATI FILHO (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli.

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (MDB).

AGUINALDO PEREIRA LIMA; FRANCISCO ESCORSIN; LEOPOLDO JACOMEL.

SECRETÁRIO — Alberto Carazzai Neto.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; PAULO CAMARGO; OVIDIO FRANZONI; MARCIANO BARANIUK; ANTONIO BELINATTI (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva.

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

MARCIANO BARANIUK; JORGE SATO; ODILON REINHARDT.

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel.

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARTHUR DE SOUZA; PINTO DIAS; LAZARO DUMONT; GABRIEL MANOEL; MAURICIO FRUET (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 63.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 5 de Junho de 1972
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quiesle Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Carmargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (8); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Arizone Araújo, David Federmann, Emílio Carazzai, Maurício Fruet, Nivaldo Kruger, Wilmar Brandão e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Bruno Kotelak, progenitor da Senhorita Nancy Therezinha Kotelak, chefe de Gabinete da Primeira Secretaria.

Da decisão do Plenário solicito seja dado ciência aos familiares do extinto Senhor.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Gregório Bachirsk, ocorrido no dia 31 de maio próximo passado.

O extinto, comerciante estabelecido há 30 anos na cidade de União da Vitória, sempre desenvolveu suas atividades com dinamismo e probidade, onde era pessoa bastante estimada e relacionada tanto nos meios sociais e comerciais.

Outrossim, requer seja dado ciência à família enlutada, através de expediente desta Casa.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, consigne-se em Ata um voto de profundo pesar pela morte do atleta Roberto Lopes Quincas, ocorrido sábado em Curitiba.

Uma vez aprovado o presente requerimento, solicito que dessa aprovação seja cientificado o Esporte Clube Pinheiros e à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente requerimento subscreve, requer ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Abry Junior, ocorrido a poucos minutos no hospital Santa Cruz desta Capital.

O extinto, era progenitor do Senhor Fausto Luiz Abry, Diretor Geral desta Assembleia Legislativa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, Doutor Mário Faraco, pelo início da Campanha do Aumento do Eleitoral em nosso Estado, em Convênio com o Tribunal Regional Eleitoral, a qual virá trazer ao Paraná inúmeros benefícios junto a esfera federal.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, após ouvido o Plenário, seja endereçada sugestão à Doutra Comissão de Tomada de Contas da Casa, para que o Senhor Coronel Arivonil Fernandes, crede da Casa Militar do Governo Haroldo Leon Peres, seja por ela convocado, para esclarecer os fatos que vem sendo divulgados amplamente pela imprensa, sobre despesas de viagens do ex-governador.

Esta convocação é oportuna, levando-se em consideração que tais despesas eram pagas pela Casa Militar do Palácio Iguaçu, o que ensinará importantes esclarecimentos para esta Casa de Leis, que irá apreciar as contas do Senhor Leon Peres, já rejeitadas pelo Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um ofício ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, solicitando que o mesmo determine o asfaltamento do acesso ao embarcadouro de veículos que atravessam o Rio Iguaçu em Porto Meira, Foz do Iguaçu.

O referido acesso, dado sua declividade, por ocasião de qualquer chuva torna-se obstáculo intransponível aos veículos que fazem o referido trajeto. No lado do território argentino, é o mesmo todo revestido de concreto, proporcionando conforto e segurança aos usuários, em contraste com o que se observa de nosso lado. O pedido que ora fazemos, nas atuais circunstâncias não será oneroso podendo ser realizado de imediato, pois a empresa que efetua o asfaltamento da estrada de ferro Foz do Iguaçu — Porto Meira, encontra-se com a maquinária no local, estando para terminar os serviços contratados, entre os quais ignoramos se está incluído o trecho, motivo do presente pedido. Da construção deste acesso resultarão proveitos inclusive para a imagem de nosso Estado e, em particular de nossa Pátria, principalmente aqueles que demandando do País vizinho, entram em nosso País por esse ponto.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve,

Considerando:

1. que o jornal "O Estado do Paraná" em sua edição do último dia 4, publica matéria sob o título "As supostas viagens milionárias de LP", acusando o com fac-símiles o ex-governador do Estado Haroldo Leon Peres de haver fraudado os cofres públicos em quase cem mil cruzeiros;

2. que esses fac-símiles são do Diário Oficial do Estado, contendo matérias que provam a permanência do Ex-Governador em Curitiba ao mesmo tempo que pleiteava verbas para custear viagens ao interior e outros Estados;

3. que os fatos ali imputados constituem crime de peculato, do qual esta Assembleia Legislativa tem a obrigação de conhecer, independentemente do processo de Prestação de Contas que tramita na Casa;

4 que o mesmo noticiário, evidentemente baseado em elementos fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, afirma que aquela corte contenciosa não apreciou as contas do Ex-Governador exceto em quatro meses apenas de sua gestão, onde foi verificada a irregularidade;

Requer, ouvida a Casa, solicite-se informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que relacione todas das despesas consignadas como de viagem durante toda a gestão do Ex-Governador Haroldo Leon Peres, tanto por verbas pessoais do Gabinete quant pelas da Casa Militar. E se junta a essa relação os Diários Oficiais correspondentes aos dias das alegadas viagens, para que se coteje pelo noticiário das atividades do Chefe do Executivo a procedência das verbas dispendidas.

(a) Erondy Silvério

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 72-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo Cessna 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) — BORSARI NETTO.

J U S T I F I C A T I V A :

É altamente significativa a medida objetiva através do plano de Lei em questão. O Aeroclube do Paraná, (declarado de utilidade pública pelo Decreto Lei Federal n.º 205, de 27-02-67), é uma entidade consagrada pela opinião pública, eis que, vem prestando notórios e inequívocos serviços à coletividade, mormente na formação de pilotos e paraquedistas, mediante cursos regulares que mantém e, ainda, pela sua brilhante participação em competições (paraquedismos e outras), onde tem conseguido excelentes colocações, o que, sobremaneira, tem engrandecido e projetado nosso Estado além fronteiras. O "Brevet" de piloto civil fornecido por aeroclubes, vale, de acordo com a legislação federal, como prestação de serviço militar.

Há ainda a ressaltar, a prestação pelo Aeroclube do Paraná, dentro do espírito de atender o que seja de utilidade pública, dos seguintes serviços de relevância:

- a) — Vôos de coqueluche — conduzindo crianças com coqueluche;
- b) — coberturas jornalísticas — conduzindo repórteres para coberturas de fatos de interesse público;
- c) — policiamento — vôos para acompanhamento de movimentos de rodovias;
- d) — Fiscalização de regates — destaque de aeronaves para fiscalização de barcos em competições;
- e) — apresentações beneficentes;
- f) — homenagens aéreas;
- g) — vôos de buscas — auxiliando localização de contrabandos, afogados e aviões acidentados; orientando bombeiros em combates a incêndios e transportando medicamentos.

Face o recente acidente aviário ocorrido nesta Capital — quando lastimavelmente foram ceifadas quatro preciosas vidas — o Aeroclube ficou praticamente impossibilitado de continuar cumprindo suas finalidades, pois não tem nenhuma possibilidade de substituir o aparelho acidentado por outro em adequadas condições de uso.

Assim sendo e tendo o autor desta proposição tomado conhecimento de que o Governo do Estado possui em sua frota uma aeronave de valor relativamente pequeno, do tipo "Cessna 180" (PP-ETN), perfeitamente adequada ao paraquedismo e treinamento, a qual está em concorrência para venda, é que submetemos aos nossos ilustres Pares, Projeto de Lei autorizando o Poder Executi-

vo a proceder a doação de tal aeronave ao Aeroclube do Paraná, medida essa que esperamos seja aprovada.

Projeto de Lei n.º 73-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Prefeito Municipal poderá solicitar que os projetos de lei que enviar à Câmara Municipal sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do seu recebimento.

§ 1.º — A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.

§ 2.º — O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação.

§ 3.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-ão aprovados os projetos, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) — BORSARI NETTO.

J U S T I F I C A T I V A :

Objetiva o presente a que os Prefeitos tenham maior garantia para a votação de seus projetos e consequentemente, possam executar, com mais tranquilidade, os seus programas administrativos. Com efeito, no que diz respeito ao prazo para a apreciação das mensagens oriundas do Executivo Municipal, a atual Lei Orgânica dos Municípios (Lei n.º 64, de 21-02-1948) é omissa.

Os Prefeitos podem ficar, assim, na dependência das Câmaras Municipais, onde suas mensagens mais urgentes são submetidas, muitas vezes, a um processo moroso, quando não ficam paalizadas, retardando as medidas a serem postas em prática.

A Constituição do Brasil, com Emenda n.º 1, de 17-10-1969, no artigo 51, faculta ao Presidente da República a solicitação para que os seus projetos enviados ao Congresso sejam apreciados em 45 dias, findos os quais, sem que tenha havido deliberação, são tidos como aprovados. Igual preceito contém a Constituição do Estado do Paraná (Art. 25, § 3.º). Por uma igualdade de razão, é de se estabelecer, também, essa faculdade aos Prefeitos, dada a importância das funções que desempenham, notadamente agora que os Municípios são chamados a se integrarem no processo do desenvolvimento econômico e social do País.

É de ver que outros Estados já legislaram a respeito. Exemplificativamente, os Estados de São Paulo e da Bahia já inseriram em suas Leis Orgânicas dos Municípios dispositivos expressos, semelhantes aos da Magna Carta Federal, concedendo aos Prefeitos a possibilidade de solicitarem que seus projetos sejam apreciados pelas Câmaras em determinado espaço de tempo.

Entendemos que, os fatos citados e o de que a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 112, compete à lei ordinária a fixação das normas de funcionamento dos órgãos municipais, observando-se processo legislativo análogo ao do Estado, justificam o presente projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Jr.. Não estando presente, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Poli. Também não estando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado apresentamos um Pedido de Informações com bastante antecedência, antes do final do ano, a Secretaria de Educação e Cultura para saber as condições do Estado em relação a vagas nas escolas públicas estaduais para o presente ano. Este Pedido de Informações, como todos os outros apresentados naquela época em que governava o Estado, o homem que dizia governar com mão de ferro, o homem que dizia que em seu governo o "sim" era "sim" e o "não" era "não", houve por bem determinar que os Pedidos de Informações desta Casa recebessem automaticamente o não da Maioria. E como todos os outros Pedidos de Informações aquele nosso que procurava saber a situação escolar em nosso Estado, com antecedência para as providências a serem tomadas, recebeu também desta Casa o "não" da Maioria e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente assistimos em nosso Estado, não apenas num município mas em diversos Municípios, estudantes sem condições de frequentar as salas de aula porque elas inexistem para o atendimento de número de estudantes que procuram a escola.

Maringá é um exemplo. Cerca de mil estudantes matriculados estão sem condições normais de frequentar a aula. Parcela deles estudando inclusive em igrejas e outros tantos sem a possibilidade de estudar. Vejo, neste instante, que uma Comissão de Vereadores de Maringá se encontra nesta Casa e vem a Curitiba, segundo fomos informados, para tratar do assunto. O Sr. Secretário havia prometido, no início do ano, salas pré-fabricadas até 15 de maio e no entanto, a sua promessa não foi cumprida. Mais recentemente veio a prometer para agosto e nós ficamos novamente em dúvida.

Para nós este desinteresse, este abandono, esta falta de amparo, é um desrespeito a uma cidade que oferece muito a este Estado. É desrespeito a uma população que tem o direito de ver seus filhos frequentando normalmente as salas de aula, buscando a verdadeira educação, única, capaz de fazer com que o desenvolvimento tenha um suporte válido.

Mas neste Estado, justamente quando se procura implantar a reforma educacional, há uma Secretaria de Educação deficiente. Onde as informações devem ser prestadas a contento, há um desencontro de informações. Onde professoras vindas do interior são enviadas de uma sessão para outra, sem a solução para os seus casos, onde são portanto estas professoras desrespeitadas, perdendo viagens, perdendo tempo. Professoras que não encontram na Secretaria de Educação e Cultura, a atenção que deveriam encontrar.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dizer a V. Exa. que não é um caso isolado, isto que V. Exa. trata da Tribuna.

Na verdade, a Oposição que, com tanta dificuldade, vê excepcionalmente um requerimento de informações aprovado nesta Casa, e quando consegue lamentavelmente, o Departamento de Governo ao qual ele se destina, jamais se digna a respondê-lo.

Eu mesmo tenho, aprovado por esta Casa, um requerimento simples e de fácil resposta, endereçado ao DER e ainda, decorridos sessenta dias até hoje, o DER não se dignou a prestar as informações solicitadas.

É preciso que os homens que administram Departamentos deste Estado, saibam que são responsáveis perante esta Assembléia, porque ela representa o povo; são responsáveis em dar resposta aos requerimentos aqui formulados, porque ao negá-las, estão admitindo que nós possamos proclamar desta Tribu-

na, e são verdadeiras acusações que nós lhe fazemos porque não obtemos resposta.

Convoco V. Exa. e aos demais Srs. Deputados da nossa Bancada para que esclareçamos definitivamente aos responsáveis pelos Departamentos deste Estado, que sua negativa implicará em aceitação de responsabilidade. Porque quem tem alguma coisa a esclarecer não omite esclarecimentos. Era o aparte.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. que traz brilho ao pronunciamento. Realmente, nobre Deputado, no ano passado, quando um homem que dizia governar o Estado com mãos de ferro, ao invés de afirmar com maior sinceridade, que o governava com mãos de gato, impediu a esta Casa a aprovação dos requerimentos de informações; e estava demonstrando o seu temor, o seu medo da fiscalização.

Temia ele que esta Casa exercesse fiscalização e com isto procurava amesquinhá-la cada dia, com aceitação plena da maioria dos companheiros deste Poder. Este é um fato cuja repercussão surge neste instante, prejudicando inúmeros estudantes de um Estado inteiro, porque Maringá não é apenas o único Município que tem este falso privilégio de ter alunos estudando em igrejas, de ter alunos matriculados sem poder frequentar as salas de aula.

Existem outros Municípios, até mesmo Londrina, que emprestou bancos de quermesse de igreja para que os alunos pudessem estudar. Ivaiporã, outros Municípios de nosso Estado, nas mesmas condições. Por que? Solicitava-se naquela oportunidade, um Pedido de Informações, que era para alertar a Secretaria de Educação, em relação a um problema que a cada ano se agravava; não apenas se fazer uma posição sistemática; o fizemos para dar a nossa contribuição ao Governo, que não quis aceitá-la e hoje está a prejudicar inúmeros estudantes de nosso Estado.

A Secretaria de Educação que tem a incumbência da parte mais relevante da administração estadual, vem pecando desde o início do ano, em todos os sentidos, a começar pela política desenfreada e a malsinada no Ensino paranaense. Na distribuição de aulas a professores, apenas a professores apadrinhados com Prefeitos do interior, fazendo vez de diretor de escola, fazendo vez de inspetor de Ensino, distribuindo aulas a seus cabos eleitorais. Aliás distribuídas nos gabinetes de Prefeitos e Diretórios da Arzena.

No início do ano, começou portanto, a ineficiência e a desastrosa atuação da Secretaria de Educação, desde a distribuição de aulas a professores: — não recebeu o número de aulas necessário e justo o professor que tinha direito mas recebeu o número de aulas, o professor que era cabo eleitoral do político; isto nós combatemos. Nós e outros Deputados deste Poder. Para não citarmos ainda a nomeação de diretores de escolas.

Há pouco, recebi a visita de uma Comissão de professores de um município do Paraná, Araruna. Lá também, a diretora foi nomeada da forma que estamos acostumados a assistir, através de política; e hoje esta nomeação começa a provocar verdadeiro desastre em matéria de educação: — professores prejudicados; alunos sofrendo as consequências. É esta a atuação da Secretaria de Educação do Paraná. Poderia se alegar falta de recursos para enviar a Maringá salas de aulas pré-fabricadas. Mas, como alegar falta de recursos? Este é o setor fundamental; é um crime que se comete contra o desenvolvimento, amarrar, impedir que se ministre a verdadeira educação a jovens do nosso Estado. Maringá oferece benefícios extraordinários a esse Estado, em matéria de impostos. Contribui de forma descomunal para o progresso do Paraná. No entanto, na hora da retribuição, na hora de receber, não o favor, mas o que lhe é devido, o que lhe é justo, encontra o desinteresse, o desamparo. que no nosso entendimento não passa de um desrespeito àquela gente.

Sr. Presidente, não estávamos inscritos para falar nesta oportunidade, mas fizemos porque o assunto é de alto interesse e de importância relevante. Nem nos preparamos, nem tínhamos dados reais para mostrar aos Senhores, mas não há necessidade de mostrar números nesta oportunidade. Há necessidade, isto sim, de apelar ao Secretário de Educação e ao Governador do Estado para que tomem providências imediatas para que não aconteça mais uma vez o descumprimento de todas as promessas, porque o homem público que não cumpre com suas promessas passa a ser um mentiroso e perde até mesmo o respeito da população. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinatti.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre companheiro de Bancada, Deputado Alvaro Dias, que é também professor, trouxe nesta tarde uma amostra da realidade do magistério paranaense.

Em complemento às palavras deste ilustre companheiro de região e de Partido, queremos neste momento, em nome de milhares de servidores que nem são nomeados, mas que trabalham para o Governo do Estado sob contrato, trazer mais um novo e quase que dramático apelo, lembrando ao Governo do Estado que os servidores públicos não trabalham por distração ou por recreação, mas sim dentro daquela necessidade que cada brasileiro tem de ganhar, com honestidade, o sustento de seus entes queridos.

No Paraná, infelizmente, já por várias vezes se ouvia a voz de um Governador para prometer a todo o Estado que daquele momento em diante ninguém trabalharia mais sem receber em dia o seu pagamento. Muitas palmas foram dadas, como júbilo, como regozijo por estas promessas anunciadas quase que já numa rotina, durante grandes banquetes em que nem sempre o pequeno participa, banquetes para aquelas pessoas polpudas.

Mas mesmo assim o servidor, ao tomar conhecimento, pela imprensa, de que daquele momento em diante o seu trabalho seria melhor reconhecido, ficava alegre e satisfeito porque finalmente poderia cumprir, em dia, as obrigações com seu orçamento doméstico.

Lamentavelmente já estas palavras, estas promessas estão perdendo o crédito. Estamos encontrando servidores contratados que são relegados a uma situação miserável. Seus pagamentos são processados, pelo Governo, de três em três, ou de quatro em quatro meses. E, consequentemente, falta-lhes o crédito no banco, falta-lhes o crédito no comércio. E, pela manhã, o servidor parte de sua casa, aborrecido pelos atritos com sua mulher pelo dinheiro que não chega; aborrecido porque fica privado de dar a seus filhos material escolar, roupas, calçados etc. Esta é a consequência do descaso do Governo do Estado pelos seus servidores. São mais de dez mil servidores que trabalham sob contrato, no Paraná, e quando recebem bem, recebem de três em três meses.

Srs. Deputados, até há pouco tempo, tínhamos uma determinada repartição pública em Curitiba, em que os contratados não recebiam desde o mês de dezembro. E vamos encontrar ainda, entre esse tipo de funcionários, as serventes que limpam os colégios; os professores suplementaristas; os fiscais da Secretaria da Fazenda; o funcionário contratado da Secretaria de Segurança. E o problema social que se cria em função desse atraso vai aumentando a

cada dia. E nossa esperança é que, no Paraná — um Estado rico, com uma extraordinária arrecadação — possam suas autoridades manter seus compromissos com os servidores contratados, porque isso vem prejudicando seriamente os funcionários contratados em nosso Estado.

É preciso mais compreensão, é preciso que se coloque a casa em dia, que se pague esses contratados que já ganham baixos salários e ficam, realmente, numa situação das mais delicadas, ante a falta de dinheiro para saldar os seus compromissos.

Ainda ontem, víamos professoras reclamando, pela imprensa, a situação de miserabilidade que estão atravessando. E é em nome de mais de dez mil funcionários contratados que queremos reafirmar o nosso apelo para que a Secretaria da Fazenda coloque o pagamento em dia. Porque, o funcionário não recebendo em dia, evidentemente, não estará produzindo bem, porque leva para sua repartição os problemas que vem enfrentando.

O Sr. Presidente, Srs. Deputados, era este o apelo que desejava fazer, com a esperança de que os servidores contratados recebem seus vencimentos; para que o Governo do Estado volte a pagar em dia a esses milhares de servidores.

Muito obrigado. Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 246-70, fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Município de Santo Antônio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 246-70

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Município de Santo Antônio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Mancel.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 247-70, ficam criados nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 247-70

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Mancel.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 318-70, fica criado um curso Ginasial Noturno, para funcionar a partir do próximo ano letivo, no Núcleo Social Ivone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 318-70

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso Ginasial Noturno, para funcionar a partir do próximo ano letivo, no Núcleo Social Ivone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Mancel.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 5-71, fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à cidade de Iporã, numa extensão de 25 quilômetros. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 5-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que, liga a cidade de Pérola à cidade de Iporã, numa extensão de 25 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 66/71, passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo. — **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 66/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente.

Basílio Zanusso — Relator.

Gabriel Mancel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 9/72, são aprovadas as contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. Único — São aprovadas as contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente.

Basílio Zanusso — Relator.

Gabriel Mancel

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/70, de autoria do Deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon, com jurisdição nos municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2/71, de autoria do Deputado Muggietti Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966. — Parecer favorável da C.C.J., com **SUBSTITUTIVO GERAL**. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/71, de autoria do Governo do Estado — Mensagem n.º 22/71, estabelecendo normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S. A. — BADEP — através de deliberações e Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em discussão.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro à Mesa ouvido o Plenário, a retirada da pauta da Sessão de hoje do Projeto de Lei n.º 206/71. De acordo com a súmula, estabelece normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, através de deliberação em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades da administração, possa instituir novas diretorias ou suprimir as já existentes. Portanto, matéria financeira consta da referida mensagem do Executivo e pelo que estou vendo, tem apenas o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Não pode esta Casa dar um aval ao Banco de Desenvolvimento, ao BADEP, porque melhor, então, seria fechar este Poder, porque quer se transferir ao Banco de Desenvolvimento atribuições que, a nosso ver, são da própria Assembléia Legislativa, tais como a criação de cargos e outras.

Portanto, requeiro e acho que o Sr. Líder do Governo concordará com nosso requerimento, que o Projeto retorne à Comissão de Finanças, para que seja exarado o competente parecer.

(É encaminhado à Mesa o Requerimento).

"Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, audiência da Comissão de Finanças, para o Projeto de Lei n.º 206/71.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério".

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão a matéria.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, realmente o Deputado Erondy Silvério tem razão. Estamos verificando que este Projeto não passou pelo crivo da Comissão de Finanças da Casa, razão porque requeiramos que esse Projeto seja retirado da Ordem do Dia e encaminhado à Comissão Técnica.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento do Deputado Erondy Silvério que solicita a retirada do Projeto de Lei n.º 206/71. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 206/71.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18/72, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (FUNDAÇÃO IAPAR), com sede e foro na cidade de Londrina e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e das outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Com Emenda. — Em regime de urgência. — **Aprovados a emenda e o Projeto.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/71, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

cifica.

PARECER

1) A Proposição em tela foi elaborada na forma e como dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Referido Projeto vem redigido em forma de autorização e, por outro lado, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício.
Odilon Reinhardt — Relator.
Cândido Martins de Oliveira
Armando Queiroz
Emílio Carazzai
Borsari Netto
Gilberto Carvalho
Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei nr. 135/71.

Parece-nos merecer a aprovação do plenário tratando-se da difusão de estabelecimento de ensino no interior do Estado, tão carente de colégios.

O caráter autorizativo que é emprestado pelo projeto, não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente.
Gabriel Manoel — Relator.
Paulo Poli
Fuad Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nr. 135/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à Constituição e funcionamento da Escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA: — O objetivo de todas as medidas para um desenvolvimento acelerado é a igualdade social a ser atingida, através da elevação do nível cultural de um povo. Todos devemos participar do moderno progresso que se espalha pelo mundo em suas mais variadas espécies.

Incremento técnico é o nosso objetivo, ao propormos a criação e instalação, no próximo ano letivo, de uma Escola Técnica Rural, no Município de Jacarezinho, para formação de pessoal especializado em conhecimentos técnicos para o aperfeiçoamento e extensão da infraestrutura como base do desenvolvimento social, com vistas a uma assistência mais efetiva ao homem do campo no setor agropecuário e na formação de seus técnicos.

A atividade de especialistas representa uma importante colaboração para o desenvolvimento da agropecuária, pois esta depende muito de um eficiente combate das epidemias animais. As vacinações são de maior importância. Para isso são necessários grande número de técnicos, modernos laboratórios e uma constante formação de profissionais. Eis, nobres e preclaros colegas, os motivos que nos animam a apresentar o presente Plano de Lei, para o qual esperamos contar com o valioso e indispensável apoio de Vossas Excelências.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nr. 135/71.

AUTOR: Deputado Wilson Fortes.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola, na forma e como especificada.

PARECER ao Projeto de Lei nr. 135/71.

A criação de estabelecimentos agrícolas, é meta básica do governo. O que se pretende é melhor dotar os municípios paranaenses, de mão de obra especializada, visando com isso, o aumento de produção tanto em quantidade, como, e principalmente em qualidade. Esta Comissão de Instrução Pública, que tem a competência de dizer sobre o mérito de Projetos de Lei desta natureza, não encontra razão nenhuma que desmereça a iniciativa, tendo ainda como abono os pareceres favoráveis das Comissões que a esta antecederam no julgamento do pleiteado.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente.
Gabriel Manoel — Relator.
Cândido Martins de Oliveira

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 175/71, de autoria do Deputado Wilson Brandão, fica criado um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 175/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Colégio Comercial de Dr. Camargo, na sede do Município do mesmo nome, com funcionamento a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971

a) — Dep. Wilson Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma iniciativa que visa conciliar justos reclamos de uma coletividade estudantil que, para não interromper seus estudos, vê-se na contingência de deslocar-se para outros municípios vizinhos, com prejuízos de toda sorte. Tem ela que recorrer a educandários de Mamboré, Ivatuba, Mandaguá, Paissandu e outros centros. Acresce ainda, que é lícito ajuizar-se quanto a sacrifícios de ordem financeira com transportes, aos quais está ligada a própria Prefeitura de Dr. Camargo como meio de cooperação para amenizar os efeitos da delicada situação imperante.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 175/71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau colegial, na forma e como especifica.

PARECER

1.) O Projeto em questão está articulado e justificado, atendendo, desta forma, ao que dispõe o Regimento Interno.

2.) Referida iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional e legal.

Quanto a sua oportunidade, convece-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3.) Atendido o substitutivo geral anexo, para atender a melhor técnica legislativa, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Arthur de Souza — Relator
Emílio Carazzai
Igo Losso
Acyr José
Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau colegial, na forma e como especifica".

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, de grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente
Arthur de Souza — Relator
Emílio Carazzai
Igo Losso
Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 175/71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Cria um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1971.

PARECER

Sem entrar no mérito da criação de estabelecimento de ensino, de acordo com a nova Lei do Ensino, quer nos parecer que a matéria não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente
Fuad Nacli — Relator
Santos Lima
Maurício Fruet.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Cria um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972.

I — O presente Projeto de Lei, já obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Assembléia Legislativa.

II — Quanto ao mérito, razão pela qual opina esta Comissão de Instrução Pública, nada vemos que possa obstaculizar o pretendido, visto que virá conciliar problemas de uma área densamente povoada do Estado do Paraná, na esfera educacional.

III — Isto posto, somos favoráveis.

Pela aprovação:

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Cândido Martins de Oliveira.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216/71, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio "JOHN KENNEDY", do Distrito de Guaravera, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários gratuitos e dá outras providências. — Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Aprovado o parecer, rejeitado o Projeto.

PROJETO DE LEI N. 216-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "John Kennedy" do distrito de Guaravera, no Município de Londrina, pertencente à Companhia Nacional dos Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "John Kennedy" se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro rural como é o distrito de Guaravera.

Nem por isso, contudo, deixa de ter uma série de dificuldades para o seu funcionamento completo. Problema de ordem financeira o asseio constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "John Kennedy" é a solução encontrada.

E esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 216-71

AUTOR: Dep. Alvaro Dias

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio "John Kennedy" do Distrito de Guaravera, no Município de Londrina.

PARECER

Muito embora a justificativa apresentada demonstre, com dados respeitáveis e razões relevantes, a necessidade e oportunidade de se criar o estabelecimento de ensino objeto deste plano de lei, somos de parecer contrário à sua aprovação, por motivos de ordem legal. E firmamos esta posição não apenas em relação a este, mas igualmente a outros projetos de lei que visam a criação de novos estabelecimentos de ensino, em razão do Artigo 30, da Lei n. 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), que diz o seguinte: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura". Ora, se já existe uma lei autorizando o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino tanto do nível primário, quanto do nível médio, entendemos ser totalmente desnecessário outra lei autorizatória. Além disso, se o Sistema Estadual de Ensino conferiu àquele Poder tal prerrogativa, o fez evidentemente, com o objetivo de dar à S.E.C. o direito e, mesmo o dever, de só propor criação de novos estabelecimentos de ensino, após a verificação prévia das condições de funcionamento consensuais com as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação e com o próprio orçamento do Estado.

Em termos educacionais, entendemos que a criação de uma Escola de nível médio, deve respeitar um planejamento global emanado do órgão competente do Governo. Não nos reportamos apenas a questões de ordem financeira, mas, também, à disponibilidade de Professores habilitados, estatística de alunos na faixa etária correspondente e, inclusive, mercado de trabalho aos egressos de Escola que se pretende criar.

Longe de nós, entretanto, desejar excluir o legislador, o representante popular, o Deputado Estadual — que, teoricamente, é a pessoa que mais deve conhecer os problemas de sua região, bem como as necessidades fundamentais em todos os campos de atividade, inclusive e, sobretudo, o educacional, do processo de criação de novos estabelecimentos de ensino. Entendemos, apenas, que o projeto de lei, não é o caminho legal e normal, para colimar tal objetivo.

Para despertar a atenção do Poder Executivo sobre as necessidades de um Município de uma região e, ainda, para solicitar providências ou determinadas medidas do Governo, o Regimento Interno da Casa nos indica caminhos variados, entre os quais o Requerimento e as Indicações.

Diante disso, opinamos no sentido de que o presente projeto de lei, assim como os que trataram do mesmo assunto, ouvidos os seus autores, sejam transformados em requerimentos a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria de Educação e Cultura.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Borsari Netto — Armando Queiroz — Gilberto Carvalho — Emltio Carazzzi — Sebastião R. Júnior e Odilon Reinhardt

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bruno Kotelak. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gregório Bachinski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Lopes Quincas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e aplauso ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, pelo início da Campanha do Aumento do Eleitoral em nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Abry Junior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando providências do Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, para que o mesmo determine o asfaltamento do acesso ao embarcadouro de veículos que atravessam o Rio Iguaçu em Porto Meira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão à Comissão de Tomada de Contas da Casa, para que o Sr. Coronel Arivonil Fernandes, Chefe da Casa Militar do Governo Haroldo Leon Peres, seja por ela convocado, para esclarecer fatos. Em discussão.

O SR. POULO POLI — (Pela ordem). Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a sessão de amanhã, de acordo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, para que relacione todas as despesas consignadas como de viagem durante toda a gestão do Ex-Governador Haroldo Leon Peres, e se junte a essa relação os Diários Oficiais correspondentes aos dias das alegadas viagens. Anexado a este requerimento há um do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, em forma de Emenda substitutiva, que vem modificar o teor do requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. É o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente:

Emenda Substitutiva ao requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Erondy Silvério e registrado no Livro de Controle do Plenário sob o n. 5-5, em data de hoje:

Onde se lê:

"Durante toda a gestão do ex-Governador Haroldo Leon Peres",

Leia-se:

"Durante o exercício financeiro de 1971, compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1971".

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1972.

(a) Ivo Tomazoni".

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Toda esta Casa e o Paraná conhecem as profundas divergências existentes entre este Deputado e o ex-Governador Haroldo Leon Peres.

Durante o seu Governo ocupei esta Tribuna diversas vezes, para criticar atos do então Governador Leon Peres, atos que a mim não me pareciam os mais corretos, sobre os quais eu colocava dúvidas.

Exercendo o sagrado direito de usar esta Tribuna, que o regime democrático e livre do meu País me outorgou, muitas e muitas vezes, aqui desta Tribuna, tive oportunidade de alertar não só esta Casa, mas o Paraná e as altas autoridades da República, sobre o desastre que seria a administração Leon Peres, para o Paraná.

Tão logo Sua Excelência renunciou ao Governo do Paraná, já mais emiti qualquer pronunciamento sobre o assunto, porque já não era mais da esfera e da alçada desta Casa e principalmente deste Deputado, desde que, renunciando ao seu mandato, nova vida, nova perspectiva abria-se para todo o Paraná. Não era justo portanto que se tripudiasse sobre o adversário da véspera, sobre o adversário que quedara vencido.

Li na imprensa à semana passada, que o Tribunal de Contas do Estado havia rejeitado as contas do Governador Leon Peres; também não fiz nenhum pronunciamento nesta Casa, porque a mim me pareceu absurdo e até infantil as alegações do relator da matéria, no Tribunal de Contas. Não interessa se o Governador gasta um mil cruzeiros numa viagem desde que haja verba disponível, e o comprovante da despesa efetuada; não me parece válido que se faça disso um cavalo de batalha. Outros Governadores gastaram importâncias idênticas, em viagens iguais, e ninguém levantou a celeuma que se levantou.

Naquela oportunidade portanto, não ocupei a Tribuna, esperando que esta Casa apreciasse, como apreciou, devidamente, a matéria, para só então examinar o processo, verificando-se os comprovantes das despesas, verificando-se a justeza ou não do ato do Tribunal de Contas negando-se a aprovar as referidas contas.

Todavia, ontem, o "O ESTADO DO PARANÁ", que é um conceituado jornal, e que representa uma parcela ponderável da opinião pública do Estado, publicou em sua primeira página, algo de mais sério e muito mais grave, sobre o que esta Casa não pode omitir-se, caso verdadeira aquela acusação. A acusação ali era de que as viagens seriam fictícias, não teriam sido realizadas. Portanto, houve peculato a meu ver, se as viagens não foram realizadas e as despesas apresentadas, há peculato, com o qual esta Casa não poderá jamais ser conivente.

Então, não se trata mais de atacar o adversário da véspera, de atacar o adversário que quedara vencido, trata-se isto sim, do dever que temos, que é do resguardo dos dinheiros públicos mas também no meu entender, não posso basear-me em noticiário de imprensa. O processo não chegou às mãos do Sr. Presidente, por isso é que estou encaminhando ao Sr. Governador do Estado este Pedido de Informações para que o Sr. Governador relacione todas as despesas consignadas como de viagem durante a gestão do Sr. Governador Haroldo Leon Peres. — (O requerimento lido acha-se publicado no Expediente).

Porque esta acusação da imprensa de que o Governador Haroldo Leon Peres teria atendido ao Presidente da Petrobrás no dia 10, é uma data imaginativa, não me lembro da data do noticiário, mas que teria atendido ao Presidente da Petrobrás, o representante da Petrobrás no dia 10 e no mesmo dia teria viajado a Paranavaí, seria muito possível, poderia atender na parte da manhã e viajar à tarde. Durante a noite poderia ter comparecido a uma reunião religiosa e viajado durante o dia. Não vejo nada de mais o Sr. Governador viajar e dar expediente em Palácio e comparecer a solenidades na mesma data. Para isso existe o avião, transporte rápido que vence as distâncias num espaço de tempo que não imaginávamos há alguns anos atrás. Antes de ver as informações recuso-me a dar qualquer juízo sobre as acusações do Tribunal de Contas. Não digo que esteja errado. Acho que se está fazendo sensacionalismo, e para que esta Casa não perpetue a ignomínia que se fez contra o Governador Moysés Lupion, é preciso que se tenha o cuidado, para que não se perpetue contra outro homem, as injustiças que se fizeram contra aquele Governador, causando males tão profundos e tão irreparáveis que até que me fôgem as palavras neste instante. Na época fabricou-se um culpado, cometeu-se uma injustiça contra um homem público que podia ter defeitos, mas deu uma parcela de sua vida para o desenvolvimento do Estado porque a obra de Moysés Lupion um grande Governador principalmente no seu primeiro governo, e no final do seu governo, apesar de todos os erros cometidos, o saldo administrativo foi favorável ao Estado do Paraná; no entanto, dentro da maior injustiça, fabricou-se um mal, cometeu-se um crime contra a figura do Sr. Governador, cujo crime seus familiares pagaram e continuam pagando até hoje. É preciso que esta Casa tenha cuidado, para não permitir que se faça com Haroldo Leon Peres o que se fez com Moysés Lupion. Portanto, é por este motivo que aqui está o Pedido de Informações ao Governo. Tenho certeza de que o Líder da Maioria dará guarida ao meu pedido, porque só assim a Casa terá as informações que são necessárias, com todos os detalhes. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Regimentalmente, eu não poderia ter vindo à Tribuna, não fora para o encaminhamento de votação da matéria que se encontra sob a consideração do Plenário. Mas o faço, contristado, para levar ao conhecimento dos Srs. Deputados e do Sr. Presidente, uma notícia que abalou profundamente o corpo dos funcionários ligados a família de homem extraordinário que acaba de falecer há poucos instantes nas dependências do Hospital Sta. Cruz, nesta Capital. Trata-se do Sr. Luiz Abry Jr., progenitor do Diretor Geral desta Assembleia Legislativa do Estado, o Dr. Fausto Luiz Abry. É a oportunidade para requerer deste Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar que sintetiza a consternação de que todos nós estamos chorando pela notícia do infatigável passamento, daquele extraordinário homem que durante a vida toda, soube sempre conduzir a sua família de modo a perpetuar a sua presença, com uma enorme folha de serviços prestados à causa do Paraná.

Sr. Presidente, pode parecer estranho que um Deputado apresente uma Emenda substitutiva a requerimento de um colega seu. Neste Plenário todavia, o Regimento Interno faculta que isto ocorra pelo seu artigo 139. Mas quero também, na oportunidade, louvar a iniciativa do Deputado Erondy

Silvério, porque sempre cuidou nesta Casa que este Poder estivesse acima de qualquer ocorrência que pudesse, mesmo de leve, identificar o Poder Legislativo do Estado do Paraná com qualquer ato menos digno, cometido por qualquer homem participante da administração pública do nosso Estado.

Apenas, a minha Emenda, modifica termos do Requerimento que no final requer a relação das despesas consignadas com viagens durante uma gestão de um Governador, "para que a relação de despesas inclua as três gestões os três Governadores que no exercício financeiro de 71 ocuparam o cargo honroso de Governador do Estado do Paraná. Quero crer que a Emenda substitutiva deixa o Poder Legislativo do Estado do Paraná, acima de qualquer pretensa acusação de facciosidade. Não pode a Assembléia Legislativa, aí fora, ser acusada de tripudiar sobre o homem que já foi afastado do cargo, e que deverá, se culpa lhe couber, responder na Justiça pelos seus atos, pelas suas ações. É o que se propõe ao firmar esta Emenda substitutiva, mesmo porque tenho certeza, nem o ex-Governador Paulo Pimentel, nem o atual Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, tenham a esconder à opinião pública, e ao paranaense e nem a deste Poder, qualquer atuação, qualquer ação que possa comprometer a probidade, a dignidade de que ambos são possuidores.

Era o que cabia afirmar, ao pedir, ao solicitar do Plenário, o apoioamento para esta Emenda substitutiva. Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Quanto ao mérito, ou seja, ao pedido formulado pelo nobre Deputado Erondy Silvério e Ivo Tomazoni, em si, não nos cabe resta Tribuna, por qualquer reparo. Tratam-se o Requerimento e a Emenda, de pedido que viesse trazer a esta Casa informes sobre matéria de real transcendência.

Entretanto, queremos nos confessar, quanto à forma por assim dizer, em desacordo em parte com o objetivo do Requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério, nos pontos em que o mesmo diz: "que os fatos ali imputados constituem: crime de peculato, do qual esta Assembléia tem a obrigação de conhecer, independente do processo de prestação de conta que tramita pela Casa".

Entendemos, data vênica, que o conhecimento do crime comum, que tenha sido praticado pelo Governador no exercício do seu cargo, não é matéria de competência desta Casa. O seu julgamento e o conhecimento, a cognição, haverá de ser formada no sentido exato e técnico da matéria, pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Portanto, acreditado que fugirá à deliberação desta Casa saber se há crime ou não há crime. Caberá a esta Casa remeter a matéria que entende passível de se ver processada, ao juízo competente para conhecer da matéria, neste caso, porque S. Exa. já não mais se encontra no exercício de suas funções e portanto não responde mais pelos crimes de responsabilidade dos quais seria juiz então esta Casa e o julgaria na forma estabelecida pela Constituição do Estado.

Estamos fazendo este breve reparo despretenciosamente, mas desde logo ressaltando uma declaração prévia de voto que iremos fazer no tocante às contas apresentadas pelo ex-Governador Haroldo Leon Peres e à sua transmissão por esta Casa, para o que nos inscrevemos desde a semana passada.

Não iremos, portanto, abordar este assunto levados pela sua repercussão recente que, sob determinado aspecto, dá à matéria realmente outra fisionomia, mas o que queremos deixar bem claro é que defendemos desta Tribuna este princípio de direito, de que o Sr. Haroldo Leon Peres deverá ser considerado culpado ou não, pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e não por esta augusta Assembléia Legislativa do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Deputado João Mansur, para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Erondy Silvério, através de Requerimento, solicita o seguinte: (Lendo) — (A matéria lida acha-se publicada no Expediente).

Temos um outro Requerimento, com Emenda substitutiva do nobre Deputado Ivo Tomazoni, no seguinte teor: (Lendo) — (Idem).

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de ocupar esta Tribuna neste instante porque, como é de conhecimento de toda esta Casa, eu ocupava a liderança do Governo naquela ocasião.

Ao ocupar a Tribuna no encaminhamento deste Requerimento, o faço como sempre o fiz em toda minha vida, de cabeça erguida, porque as minhas contas e a minha atuação tanto na vida parlamentar, como na vida privada, sempre estiveram à disposição de quem quer que seja. Nesta oportunidade, se estivesse em julgamento e em jogo a idoneidade de meu próprio pai, eu também procederia da mesma forma.

Ocupei a liderança do Governo naqueles oito meses, e o fiz com lealdade, procurando cumprir com a minha obrigação, inclusive acumulando a condição de líder também da ARENA na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Jamais me imiscui nos problemas administrativos do Chefe do Executivo paranaense. E entendo que é obrigação deste Poder — pois que é uma das principais atividades dos homens que integram o Poder Legislativo — o da fiscalização da atuação e da aplicação do dinheiro público, pelo Chefe do Executivo. E se realmente houve deslize, esta Casa tem a obrigação de tomar conhecimento, mesmo porque se encontram aqui, na Assembléia, as contas do ex-Governador Haroldo Leon Peres, distribuídas à Comissão competente, que é a Comissão de Tomada de Contas. E, segundo declarações de seu Presidente, Deputado Paulo Poli, estas contas ficarão à disposição não só aos membros daquela Comissão, mas de toda esta Casa, para que os Srs. Deputados tenham acesso àquelas documentações, a fim de verificarem e cotejarem se as informações prestadas à imprensa têm realmente, cunho de verdade. Porque nós não podemos, não poderíamos jamais regrear nossos atos, nossa atuação nesta Casa, por informações e diz-que-diz-que, iremos ao processo e aos números frios daquela prestação de contas.

E o requerimento hoje formulado pelo nobre Deputado Erondy Silvério já antecipa, talvez, uma medida que fosse, amanhã, sugerida por aquela mesma Comissão, a fim de que ela possa, com dados concretos, analisar, de cabeça fria, e com a responsabilidade dos homens que integram este Poder, de homens que, hoje, estão julgando, mas que, amanhã, poderão ser julgados. Razão porque a Bancada da ARENA, com assento nesta Casa, votará fa-

vorável a esse requerimento, a fim de que esta Casa, de posse dos esclarecimentos, de posse da resposta do Chefe do Poder Executivo, possa fornecer subsídios à Comissão de Tomada de Contas para facilitar sua tarefa no encaminhamento daquele processo que, depois de analisado e votado pela Comissão, virá a este Plenário para ser apreciado por toda a Casa e receber sua aprovação ou rejeição.

De modo que, a nossa Bancada votará favoravelmente a este requerimento na certeza de que assim agindo, estamos cumprindo com nosso dever, com nossa obrigação, trazendo ao conhecimento do povo do Paraná, esclarecimentos à base de documentos e jamais esclarecimentos à base de informações e diz-que-diz-que... — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A exemplo da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, a Bancada do MDB também votará favoravelmente ao requerimento formulado pelo nobre Deputado Erondy Silvério, com a Emenda proposta pelo deputado Ivo Tomazoni.

Apenas após esse registro, gostaria de aqui consignar algumas palavras, a título de observação, no momento que vive esta Casa. Na verdade, entendo que este é o procedimento correto, porque esta Casa tem obrigação de fiscalizar, como bem situou o nobre Deputado João Mansur, a aplicação dos dinheiros públicos, e deve fazê-lo independentemente da repercussão que a atitude de um ou outro Governo tenha tido na imprensa. Independentemente da repercussão dos fatos na imprensa, esta Casa tem a obrigação de fiscalizar o emprego dos dinheiros públicos.

Digo isto, porque creio que hoje se firma nesta Casa uma jurisprudência que interessa profundamente a este Poder. O que esperamos é que outros requerimentos de informações, sempre que se destinem a obter dados sobre a aplicação de verbas públicas, tenham trânsito livre e fácil, tenham sua aprovação garantida nesta Casa. Digo isso porque nem sempre foi assim, e entendo que os requerimentos de informações, quando busquem dados sobre a aplicação de dinheiros públicos, devem ser aprovados, mesmo que o Governo sobre o qual se consulta do destino dado aos dinheiros públicos, não seja mais Governo, mesmo que ele continue sendo Governo, mesmo que ele não tenha renunciado e tenha terminado normalmente seu mandato. Todos os requerimentos de informações devem ser aprovados nesta Casa, quando busquem obter dados que esclareçam o emprego de verbas públicas.

Há muito tempo venho pretendendo formular requerimento nesta Casa a respeito dos contratos realizados no Governo passado e talvez queira fazê-lo com referência aos contratos firmados pelo atual Governo do Estado. Creio que esta Casa não negará apoio ao nosso pedido de informações. Não é necessário que um Governo saia, como saiu o sr. Haroldo Leon Peres, para que aprovelem aqui requerimentos de informações. Creio ser dever desta Casa saber dos destinos dos dinheiros públicos, não só do Governo que renunciou, mas daqueles que aqui se encontram ou que terminaram normalmente seus mandatos.

Pretendo formular a esta Casa um pedido de informações: há tempos que gostaria de ter em mãos para exame da matéria, pelo muito que se tem discutido nesta Casa, as concorrências da Estrada de Ferro Central do Paraná. Antecipo aqui o requerimento que formalizarei a esta Casa no curso da presente semana. Tenho certeza que, da mesma forma que o nobre Líder do Governo apoiou o requerimento do nobre Deputado Erondy Silvério, fará a mesma coisa com o requerimento deste Deputado. Portanto, votarei, e a Bancada do MDB certamente o fará também, favoravelmente ao requerimento do deputado Erondy Silvério, registrando aqui uma jurisprudência que reputo da mais alta importância para esta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério, ressalvada a Emenda do Deputado Ivo Tomazoni. Em votação. Aprovado. Em discussão a Emenda do Deputado Ivo Tomazoni. Encerrada a discussão. Em votação.

Encerrada a discussão. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, embora seja matéria vencida, quero aqui um pequeno reparo às afirmações do Deputado Muggiati Filho. Longe de mim a pretensão de querer discutir Direito com o nobre Deputado que é uma das expressões mais brilhantes desta Casa neste assunto.

Todavia, o que requeri não foi a apreciação jurídica dos atos do ex-Governador. Tendo renunciado, não sendo mais Governador, seus atos passarão apenas pelo crivo do Tribunal de Contas e posteriormente por esta Casa. Se esta Casa rejeitar terá que encaminhar à Justiça para julgamento.

O meu requerimento é para que a Casa tomasse conhecimento das afirmações da imprensa a respeito do assunto e, portanto, a Emenda do Deputado Ivo Tomazoni é intempestiva. É intempestiva porque o requerimento de minha autoria é objetivo, apenas requer que o Sr. Governador do Estado, Pedro Viriato Parigot de Souza informe a esta Casa se as viagens efetivamente foram realizadas, viagens essas objeto de denúncia pública, a qual esta Casa não pode furtar-se a analisar.

Agora, vem o Deputado Ivo Tomazoni pretender, através, de uma Emenda, modificar o teor de meu Requerimento pedindo "durante o exercício financeiro de 71", isto é de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 71.

Se o objetivo é envolver as contas de viagens do ex-Governador Paulo Pimentel, perfeito. S. Exa., então, que faça um requerimento paralelo solicitando informações a respeito do primeiro trimestre do Governo Paulo Pimentel. Mas, não venha tumultuar o meu Requerimento com esta Emenda, porque ele é objetivo. Pretende saber a realidade, a verdade unicamente se as viagens foram ou não realizadas. Isto é em favor do ex-Governador Haroldo Leon Peres para que amanhã não sofra as injustiças sofridas por outros Governadores. Para que em razão de mal entendidos ou de malícia não se faça de Haroldo Leon Peres um mártir ou uma vítima perante a opinião pública do Paraná. É por isto que esta Casa quer saber somente a verdade.

Considero esta Emenda intempestiva, embora, talvez, as intenções do Deputado Ivo Tomazoni tenham sido as melhores possíveis. No meu entender, ela virá tumultuar o bom andamento do meu requerimento que interessa a Casa sobretudo ao povo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria que informasse quantas vezes um Deputado pode falar sobre o mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Apenas uma vez em cada matéria. Este é outro Requerimento. O primeiro apreciado foi de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, agora é a Emenda de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Mal grado, Sr. Presidente, a pouco boa vontade do Deputado Antonio Belinati, venho a esta Tribuna porque tenho que justificar a apresentação desta Emenda substitutiva.

O art. 123 do Regimento Interno diz: "Proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Assembléia".

O § 1.º está assim redigido: "As proposições poderão consistir em projetos de lei, projetos de resolução, emendas, indicações, requerimentos e pareceres".

Já o art. 139 diz: "Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra".

Não estou modificando absolutamente e nem pretendo estabelecer a responsabilidade de outros Governos. Quando justifiquei a apresentação da Emenda lafei da honorabilidade, quero crer, possuem e sempre possuíram os Srs. Dr. Paulo Pimentel, e Pedro Viriato Parigot de Souza. Agora, o que não pode, esta Assembléia Legislativa ficar à mercê da opinião pública, sobre a pretensão, ou o pretenso comprometimento dos Srs. Deputados, em só analisarem dentro de um exercício financeiro, as contas de um dos três Governadores que pelo Poder do Estado passaram, e mesmo porque será muito difícil que o Governo do Estado separe das pastas das Contas de Despesa que vão de 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro que é o exercício financeiro do Estado, as despesas, os comprovantes das despesas efetuadas de 15 de Março a 26 de Novembro, mesmo porque, despesas são realizadas em fevereiro e requeridas pelo credor aos cofres do Governo do Estado, no mês de Junho, e, quem encaminhou a prestação de contas ao egrégio Tribunal de Contas, não foi sequer o Governador Haroldo Leon Peres, foi a pessoa jurídica, o Governo do Estado, e a pessoa jurídica do Governo do Estado a cumprir um dispositivo constitucional, ao cumprir uma das suas obrigações constitucionais, englobou na mesma prestação de contas o período compreendido entre 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro. Com o cargo ocupado por três pessoas físicas diferentes, não modifica em nada a minha Emenda substitutiva, pelo contrário, quer que a opinião pública saiba que este Poder não está interessado tão somente na prisão de alguém, de uma pessoa; que se faça justiça, que se analise, é isto que nós queremos, as contas do exercício financeiro.

Agora, só porque o Tribunal de Contas isenta de responsabilidade dois Governadores e culpa um, nós temos que colocar vendas nos nossos olhos e aceitar, "ipsis literis" o que o Tribunal de Contas diz? E o Tribunal de Contas foi longe, eu quero crer, até exorbitou das suas funções, porque fala pela rejeição, e o Tribunal de Contas não pode falar pela rejeição e nem pela aprovação de contas de ninguém. Ao Tribunal de Contas compete o exame; às auditorias quando necessário, e no Parecer, então sim, apontar as falhas, e, estando comprovadas, ou não, pela Assembléia Legislativa do Estado, cabe ao Plenário desta Assembléia aprovar ou rejeitar as contas de um exercício financeiro, e se rejeitar, promover a responsabilidade criminal do prevaricador.

A minha Emenda substitutiva eu peço apoio, não com o sentido de envolver ninguém, porque há pouco eu votei pela aprovação das contas do Sr. Dr. Paulo Pimentel, relativas ao ano de 1970, e o fiz tão somente acreditando na honorabilidade e na capacidade dos Srs. Deputados, membros da Comissão de Tomada de Contas, deste Poder. Nunca nós tivemos — nós sim podemos dizer desta Tribuna — nós nunca tivemos nenhuma pretensão de discutir matéria, aqui, que venha com o Parecer das Comissões Técnicas; agora, o que eu estranho é que, de um exercício financeiro, que as contas de um exercício financeiro que vão ser submetidas ao voto deste egrégio Plenário, que só se verifique deste exercício, 6 meses ou 7 meses de Administração. Pretendemos que a documentação, que as pastas de despesa, que são 1, venham para esta Casa para o crivo da Comissão e a Comissão vai dizer se o Sr. Haroldo Leon Peres está com culpa no cartório — vai pagar a culpa dele, porque ninguém aqui vai votar contra os altos interesses da coletividade paranaense, que é quem nos conduziu para o cargo que ocupamos aqui.

E com o Sr. Haroldo Leon Peres jamais viajamos. Se as despesas são de viagem ou mal feitas, mal justificadas, o problema é dele. Nenhum Deputado fez despesas de viagem. Quero crer a conta das consignações orçamentárias do Gabinete do Sr. Governador. Nós estamos aqui para impedir que pretendam nos colocar em relação ao Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado, em posição de antagonismo, que nós não temos. Temos do Sr. Paulo Pimentel, gratas recordações do seu Governo, com ele discordamos muitas vezes e com ele concordamos tantas vezes desta Tribuna, mas sempre soubemos ser leais e gratos. O Sr. Paulo Pimentel saiu do Governo e nós

continuamos a manter dele a figura do homem que promoveu o progresso do Paraná. O que nós pedimos é uma Emenda substitutiva e eu apelo aos Srs. Deputados que aprovem, para que não pareça que nós estamos aqui com as baterias acastadas contra a pessoa física do Sr. Haroldo Leon Peres que foi Governador do Estado, e analisadas as contas e encontrados os erros qualquer que seja a sua natureza, nos caberá promover a responsabilidade criminal, através do Tribunal de Justiça. Não temos aqui o poder de polícia, mas temos aqui a capacidade constitucional de aprovar ou rejeitar uma prestação de contas. Era o que me cabia dizer desta Tribuna, com o apego que faço para que os Srs. Deputados dêem guarida a esta Emenda substitutiva. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda substitutiva do Sr. Deputado Ivo Tomazoni. Aprovada. E consequentemente modificada a redação do Requerimento do Sr. Erondy Silvério de acordo com o que foi preconizado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 127-70, 2-71 e 50-72;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 135-71 e 175-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 107-71, 198-71, 215-71, 217-71 e 223-71.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 64.ª Sessão Ordinária Realizada em 5 de Junho de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quiesle Crisós. tomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiraldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Ma. ncel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Man. sul, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Arizone Araújo, David Federmann, Emílio Carazzai, Maurício Fruet, Nivaldo Kruger, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede a leitura do seguinte Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 37-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 71-70, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar através do D.E.R., Convênio com o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, às 14,00 horas, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 38-72.

Levanta-se a sessão.